

CB
5/3/97 p. 9
163

Amílido Schutz/AJB



Marina Silva (PT-PA): "O presidente vai exigir a simplificação do processo de crédito e estará contribuindo nos esforços à contenção do êxodo na região"

Seringueiros terão acesso a linha de crédito especial

Programa beneficiará cerca de cinco mil famílias em atividades de extração, coleta e manejo florestal de baixo impacto

O governo será o avalista das populações tradicionais da Amazônia no acesso a uma linha especial de crédito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Amazônia (Prodex), no valor de R\$ 24 milhões. Além disso, o governo assumirá os custos ambientais decorrentes do cumprimento de dois mecanismos legais de proteção à borracha nativa da região: o contingenciamento das importações, que obrigará o setor industrial a adquirir, primeiro, a borracha natural; e buscar aproximar o preço da borracha produzi-

da em território nacional ao da borracha importada, tornando-a mais competitiva.

O anúncio foi feito pelo próprio presidente Fernando Henrique, durante audiência à tarde com as lideranças do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a senadora Marina Silva (PT-AC). Nos últimos dois dias, um grupo de 200 seringueiros tem percorrido gabinetes em Brasília, reivindicando política para a borracha natural, crédito para o extrativismo e reforma agrária ecológica para a região amazônica. Durante a audiência, o

presidente assinou o decreto de criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, de 450 mil hectares — a primeira no Estado do Amazonas.

A senadora Marina Silva disse que o governo dará um salto de qualidade caso consolide os compromissos que assumiu. Marina, defensora do Prodex, informou que esse programa foi criado ano passado para financiar atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos extrativistas como seringa, castanha, babaçu e açaí. "O presidente vai exigir a simplificação do processo de crédito e estará contribuindo nos esforços à contenção do êxodo na região", afirmou a senadora. "Apoiar o extrativismo vegetal é preservar o recursos florestais da Amazônia", reiterou.

No ano passado, os extrativistas

não tiveram acesso ao Prodex porque o Banco da Amazônia (Basa) não conseguiu estabelecer regras. sistemas agroflorestais e beneficiamento primário de produção extrativista. "A sociedade brasileira banca os custos da saúde pública e não há motivo para não financiar os custos da proteção ambiental da Amazônia", afirmou Atanagildo de Deus Matos, presidente do CNS.

O preço do quilo da borracha nacional é de US\$ 2,60 e o da importada, US\$ 1,60. "Vocês não têm condições de competir e o governo vai assumir os custos ambientais das atividades extrativista", disse o presidente. Uma equipe de técnicos dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente se encarregará de viabilizar a decisão do presidente.